



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
5ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: **30/08/2007**

Hora: **14h00**

Local: **Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Auditório/subsolo- Brasília/DF**

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Marcio Fortes de Almeida – Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães – Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

2 – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT:

Alexandre Navarro Garcia – Titular



Cláudia Wirz Leite Sá - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:

Cibele Dantas Silva Arraes - Titular

Elder Vieira - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

Frederico Campos Guanais de Aguiar - Titular

Marcus Vinícius da Costa Villarim - Suplente

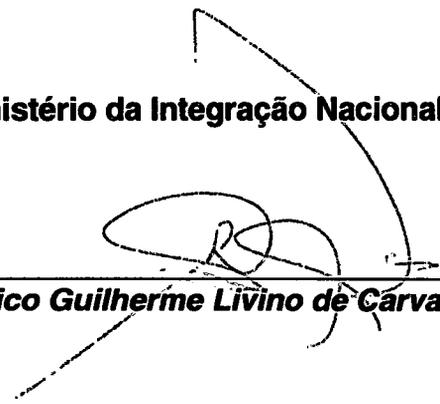
5 – Ministério da Fazenda - MF:

Antônia Portela de Lima - Titular



Ézio de Luna Freire - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:



Frederico Guilherme Livino de Carvalho - Titular

Maria da Conceição Faheina Barbosa - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:

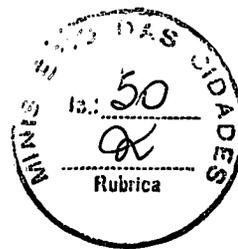
Rudolf de Noronha - Titular

Cristina de Queiroz Telles Maffra - Suplente

8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:



Jorge Luiz Maroni Dias - Titular




Igor Vinicius de Souza Geracy - Suplente

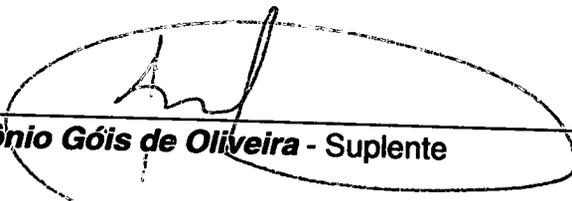
9 – Ministério da Saúde - MS:

José Antônio da Motta Ribeiro - Titular

Everaldo Resende Silva - Suplente.

10 – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:

Paulo Eduardo Cabral Furtado - Titular


Antônio Góis de Oliveira - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:

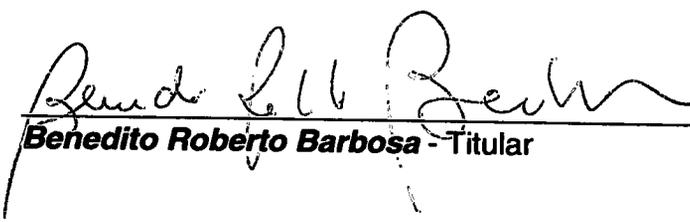
Rogério de Santos Caldas - Titular





Valéria Soares Sette Brüggemann - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:

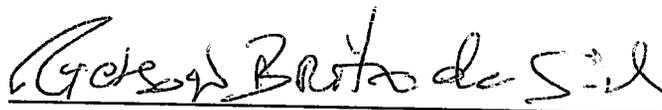


Benedito Roberto Barbosa - Titular

Antonia de Pádua - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:

Wander Geraldo da Silva - Titular



Gerson Brito da Silva - Suplente

14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLN:

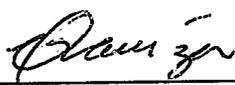


Edymar Fernandes Cintra - Titular



Miguel Lobato Silva - Suplente

15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:



Evaniza Lopes Rodrigues - Titular

Saulo Manoel da Silveira - Suplente

16 – Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC:

Miguel da Silva Sastre - Titular



Marco Antônio de Araújo Fireman - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio – CNC:

Marcos Augusto Netto – Titular



Eduardo César Dutra - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:

Décio Tenerello - Titular

Jorge Luiz Ávila da Silva - Suplente

19 – Central Única dos Trabalhadores – CUT:

Waldemar Pires de Oliveira – Titular

Miraldo Vieira da Silva - Suplente

20 – Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros – FISENGE:

Ubiratan Félix Pereira dos Santos – Titular



Jair Pedro Ferreira – Suplente

21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:

Berthelina Alves Costa - Titular

Ângelo Marcos Vieira de Arruda - Suplente

22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano – ANPUR:

Nabil Georges Bonduki – Titular

Demetre Anastassakis - Suplente



23 - Associação Brasileira de Organizações não-governamentais – ABONG:



Leonardo Roque Pessina Bernini - Titular

Ricardo de Gouvêa Corrêa – Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS:

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL – ABC – Associação Brasileira de COHABs

Manuel Barbosa de Arruda - Secretário-Executivo

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL – CNM – Confederação Nacional de Municípios



Jeconias Rosendo da Silva Júnior

3) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Rosa de Fátima Soares de Souza



4) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Carlos Eduardo Xavier Marun – Secretário Estadual de Habitação/MS



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA DA 5ª. REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 30/08/2007.

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, às quatorze horas e quarenta minutos, no auditório do subsolo do bloco A, da Esplanada dos Ministérios, situado nesta capital, sob a presidência da Ilustríssima Senhora Secretária Nacional de Habitação, Inês da Silva Magalhães, e na presença dos Conselheiros Sr. Alexandre Navarro Garcia, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Sr. Marcus Vinícius da Costa Villarim, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Srª. Antônia Portela de Lima, pelo Ministério da Fazenda - MF; Sr. Frederico Guilherme Livino de Carvalho, pelo Ministério da Integração Nacional - MI; Sr. Jorge Luiz Maroni Dias e Sr. Igor Vinícius de Souza Geracy, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Sr. Antônio Góis de Oliveira, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Sra. Valéria Soares Sette Brüggemann, pela Caixa Econômica Federal – CEF; Sr. Benedito Roberto Barbosa, pela Central de Movimentos Populares – CMP; Sr. Gerson Brito da Silva, pela Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; Sra. Edymar Fernandes Cintra, pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; Sra. Evaniza Lopes Rodrigues, pela União Nacional por Moradia Popular – UNMP; Sr. Marco Antônio de Araújo Fireman, pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Sr. Jorge Luiz Ávila da Silva, pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; Sr. Waldemar Pires de Oliveira, pela Central Única dos Trabalhadores - CUT; Sr. Ubiratan Félix Pereira dos Santos, pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – FISENGE; Sra. Berthelina Alves Costa, pela Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA; Sr. Nabil Georges Bonduki, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano – ANPUR; Sr. Leonardo Roque Pessina Bernini, pela Associação Brasileira de Organizações não-governamentais - ABONG, e contando ainda com a presença da Sra. Júnia Maria Barroso Santa Rosa, Secretária Nacional de Habitação, Substituta, e de entidades convidadas representantes dos setores públicos municipal e estadual, nas pessoas do Sr. Jecônias Rosendo da Silva Júnior, pela Confederação Nacional de Municípios - CMN; Sra. Rosa de Fátima Soares de Souza, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte - Gov.RN; e Sr. Carlos Eduardo Xavier Marun, pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul – Gov.MS, teve início a quinta Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS, secretariada pelo Sr. Nelson Teixeira da Silva, servidor da Secretaria Nacional de Habitação SNH, responsável pela coordenação técnico-administrativa do referido órgão colegiado, destinada a apreciar a seguinte pauta: I – **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 1) Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 20 de junho de 2007; e 2) Voto nº. 006/2007/SNH/MCIDADES, de 15 de agosto de 2007 – Propõe o referendo da Resolução nº. 10, de 14 de agosto de 2007, que aprova os critérios para alocação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, para o período 2008/2011. II – ASSUNTOS GERAIS: 1) Apresentação SNH – Plano Nacional de Habitação – PLANHAB. Verificado o quorum regimental, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião, cumprimentando os presentes e repassando a palavra ao Secretário da mesa, Sr. Nelson (SNH), para o encaminhamento dos assuntos para deliberação. 1) Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 20 de junho de 2007 - O Sr. Secretário da mesa indagou quanto à necessidade de se proceder à leitura da ata, sendo a mesma dispensada. Colocada em votação, a ata foi aprovada por unanimidade. 2) Voto nº. 006/2007/SNH/MCIDADES, de 15 de agosto de 2007 – Propõe o referendo da Resolução nº. 10, de 14 de agosto de 2007, que aprova os critérios para alocação dos recursos do Fundo Nacional de**



Habitação de Interesse Social – FNHIS, para o período 2008/2011 - Na seqüência, com a devida vênia da Sra. Presidente, o Sr. Nelson (SNH) iniciou o relato do Voto seguinte, apresentando as seguintes considerações: que o referido Voto dava encaminhamento à matéria que não fora aprovada integralmente, na 4ª reunião deste CGFNHIS, tendo ficado postergada a deliberação sobre os critérios para alocação de recursos do FNHIS; que a ausência de deliberação deste órgão colegiado impediu o prosseguimento da elaboração da proposta orçamentária, cujo calendário de atividades fixou a data limite de 3 de agosto de 2007 para inclusão das ações e respectivos quantitativos no Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR; que caracterizada a relevância e urgência da matéria, e com base na prerrogativa regimental conferida ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Presidente do Conselho, delineou-se oportuna a edição de Resolução *ad referendum* do órgão colegiado, materializada na Resolução nº. 10, de 14 de junho de 2007; que o expressivo volume de recursos destinado às ações de urbanização de assentamentos precários, por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – PAC, levou a Secretaria Nacional de Habitação a rever os percentuais de alocação de recursos inicialmente propostos, caracterizando uma distribuição mais equânime entre ações de urbanização e provisão habitacional; que a Secretaria Nacional de Habitação promoveu consulta prévia aos Senhores Conselheiros a respeito da medida, previamente a sua edição, obtendo respostas favoráveis em número suficiente que acenou para a possibilidade de sua homologação, conforme se pleiteava, nos termos do Voto nº. 006/2007/SNH/MCidades, de 15 de agosto de 2007. Considerando, ainda que a Resolução que se pretendia referendar foi publicada em 16 de agosto de 2007, após, portanto, o término do prazo fixado para inclusão dos dados da proposta orçamentária no SIDOR, propunha-se ainda a aprovação de dispositivo que objetivava convalidar os atos administrativos praticados em data anterior ao início de vigência da Resolução nº. 10/2007, resguardada a conformidade com os critérios aprovados pela mesma, encontrando-se tal medida amparada pelo art. 55, da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Feito o relato, o Sr. Secretário passou a palavra aos Senhores Conselheiros que se consideraram suficientemente esclarecidos. Em regime de votação, a matéria foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, em relação ao processo seletivo das propostas de habilitação aos recursos do FNHIS, exercício de 2007, solicitou a palavra, a Conselheira Evaniza (UNMP) que desejava conhecer seus resultados. O Conselheiro Leonardo (ABONG) reforçou a solicitação da Conselheira Evaniza (UNMP), afirmando que esperava que o assunto estivesse contemplado em um dos itens da pauta da presente reunião. Propôs em seguida que fosse feita uma avaliação qualitativa da Campanha de Adesão ao FNHIS, no tocante à demora na implementação das Oficinas de Capacitação. Solicitando a palavra, o Conselheiro Benedito (CMP) manifestou sua preocupação com notícia veiculada dando conta de que os recursos do FNHIS não seriam repassados para os municípios contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, pediu esclarecimento sobre a procedência da informação e as bases que dariam suporte à aplicação desse critério. A Sra. Presidente Inês Magalhães demandou ao Sr. Secretário providências para apresentação dos resultados da seleção 2007, sugerindo, enquanto se aguardava as informações solicitadas, o retorno ao próximo ponto de pauta. Chamado a integrar a mesa, o Sr. Nabil (ANPUR) pediu a palavra, cumprimentado os presentes não mais como um de seus pares, pois estará, a partir da próxima reunião, deixando a condição de Conselheiro, em razão de que as novas atividades legalmente assumidas em projeto de interesse do Ministério das Cidades tornavam-se incompatíveis com a atuação de independência inerente ao papel de Conselheiro. Em seguida, o Sr. Nabil (ANPUR) fez referência à tramitação de seu pedido de substituição junto à ANPUR, órgão que representa no CGFNHIS, adiantado que o processo de indicação do novo representante, titular, estava sendo providenciado, mediante ampla consulta interna. II - ASSUNTOS GERAIS - 1) Apresentação SNH – Plano Nacional de Habitação – PLANHAB. A Sra. Presidente, com a palavra, fez referência ao Plano Nacional de Habitação, relatando o processo de licitação no qual participaram as empresas proponentes COBRAPE, ECOPLAN e o Consórcio formado pela VIA PUBLICA, FUPAN e LOGUS Engenharia, este último o que apresentou a proposta vencedora do certame e teve os serviços contratados. Em seguida, a Sra. Presidente destacou a importância da identificação e participação efetiva dos atores a serem envolvidos, como a tarefa inicial do processo de desenvolvimento do PLANHAB. Neste sentido, mencionou a participação da SNH nas reuniões do Conselho Curador do



FGTS, no dia 28 de agosto próximo passado, e do Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação havida neste mesmo dia, 30 de agosto, apresentando a etapa inicial dos trabalhos contratados, em sua versão preliminar, acerca da estrutura e dos mecanismos de participação, no que virá a ser um plano de ação, onde temas importantes como subsídio, dentre outros, deverão ser contemplados. Com a palavra, a Sra. Júnia Santa Rosa, Diretora de Desenvolvimento Institucional da SNH, iniciou a exposição da palestra "*PLANHAB: Estrutura e Mecanismos de Participação*", mencionando que, como um dos instrumentos dentre tantos outros que vem sendo trabalhado, como, por exemplo, a Política Nacional de Habitação, o Plano Nacional de Habitação, o PLANHAB, deverá resgatar, em termos gerais, o acesso à moradia digna, especialmente para a população de baixa renda. Reafirmou a importância desse entendimento básico, levando em conta que se trata de um Plano Nacional que busca a discussão com diversos interlocutores, entre os quais aqueles responsáveis pela concessão de financiamentos e pela formatação dos instrumentos de habitação de interesse social, que deverá dialogar com os setores de mercado. Observou que, sem dúvida alguma, o PLANHAB, dado o seu caráter governamental, estaria focado no segmento de baixa renda, assim compreendido como o segmento formado por famílias que auferem até cinco salários mínimos mensais. Acrescentou que o PLANHAB também contemplará os instrumentos de habitação de mercado, que muito embora fossem essencialmente regulados por atos normativos do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Fazenda, caberia ao Ministério das Cidades/SNH o acompanhamento desses instrumentos, exemplificando a questão fundiária, em função do "boom" imobiliário, que vem onerando os programas sociais do governo, em razão dos altos preços da terra praticados, principalmente nos centros metropolitanos. Na seqüência, destacou que o PLANHAB teria o compromisso de resgatar o planejamento de médio e longo prazo do Governo Federal referente ao setor habitacional, e de integrar os diversos arcabouços jurídico-institucionais existentes (FNHIS, FGTS, SBPE, etc.). Por conseqüência, afirmou a Sra. Júnia, que é esperado que o PLANHAB promova o diálogo com os planos plurianuais, com as leis orçamentárias anuais, apoiando-se em diretrizes e objetivos gerais já estabelecidos na discussão da Política Nacional de Habitação. Reiterando o que já fora dito pela Sra. Presidente, a Sra. Júnia (SNH) disse que o PLANHAB deveria focar os temas da Política Nacional de Subsídios, dos mecanismos efetivos de identificação da demanda, com base em critérios regionais, da assistência técnica, alcançando a questão dos mecanismos operacionais daquela política, especialmente para a habitação de interesse social. Prosseguindo, discorreu sobre os objetivos a serem alcançados pelo PLANHAB, dentre os quais os de estabelecer: a) diretrizes e metas fisco-financeiras, de caráter regionais, em articulação com os instrumentos do ciclo orçamentário; b) linhas de financiamento; c) articulação de fontes de recursos - identificando áreas prioritárias de intervenção e categorias de público alvo; e d) mecanismos e instrumentos de articulação do PLANHAB com outros planos, programas e ações. Segundo a Sra. Júnia (SNH), o PLANHAB também deverá orientar: a) a atuação do conjunto de atores públicos, privados e demais agentes sociais; b) a elaboração dos PPA, das LDO, dos orçamentos anuais de todas as fontes de recursos voltadas ao atendimento habitacional e da elaboração das emendas parlamentares voltadas ao setor habitacional; e c) a elaboração e a criação dos fundos e planos estaduais e municipais de habitação. Acrescentou ainda que as discussões previstas no desenvolvimento do PLANHAB deverão servir para as revisões do PPA, das sistemáticas dos programas, de forma que, além do compromisso político com um conjunto de atores que operam e interferem na política habitacional, o Plano venha a se constituir em instrumento de organização do trabalho e das metas que se quer alcançar, dentro de um contexto de recomposição do sistema habitacional, em meio a vários momentos de ausência de uma institucionalização do ponto de vista federal. Afirmou que alguns estados e municípios já estão muito mais a frente do processo e possuem fundos, conselhos, políticas em operação, enquanto outros, nem tanto. Por oportuno, a Sra. Júnia (SNH) fez lembrar que, por determinação da Lei n 11.124, de 2005, e conforme Resolução deste CGFNHIS, os entes federados terão até 31 de dezembro de 2008 (municípios com população acima de 20 mil habitantes) ou até 31 de dezembro de 2009 (municípios com população até 20 mil habitantes), conforme o caso, para elaborar os seus planos de habitação de interesse social. A busca da participação de todos nas interlocuções necessárias para o desenvolvimento do PLANHAB, motivou essa discussão, não somente neste CGFNHIS, obrigatoriamente, mas também no Fórum dos



Secretários Estaduais de Habitação, no Conselho Curador do FGTS, passando, em seguida, ao Comitê Técnico de Habitação - CTH, instituído no âmbito do Conselho das Cidades. Na sequência, a Sra. Júnia (SNH) mencionou que um das pretensões do PLANHAB seria a de estabelecer uma linha direta com os planos diretores participativos, e neste sentido, referiu-se às contribuições aos planos locais de habitação decorrentes de análises que estão sendo feitas nos resultados de pesquisa contratada pela SNPU e realizada pelo CREA, com destaque para temas de grande importância como o das Zonas Especiais de Interesse Social, as chamadas ZEIS. Adicionalmente, referiu-se à desejável sincronia do PLANHAB com os próximos Planos Plurianuais de Aplicação (2008/2011, 2012/2015, 2016/2019, e 2020/2023) e à garantia de revisão concomitante a cada quatro anos, à luz das diretrizes e políticas de governo, pois muito embora o PLANHAB seja uma política de estado de longo prazo, a revisão possibilitará aos próximos governos a implementação de suas novas linhas de ação. Sobre o monitoramento e avaliação, tema já consolidado nos planos e metas das áreas da educação e da saúde, que já possuem seus conselhos constituídos e em funcionamento, a Sra. Júnia (SNH) afirmou que este será um grande desafio dentro do desenvolvimento do PLANHAB, que deverá estabelecer indicadores possíveis e passíveis de serem acompanhados. A seguir, referiu-se às três etapas do PLANHAB: 1ª Etapa: Contextualização de diversos temas, sendo o primeiro deles, o cenário macroeconômico, que situará toda a questão da estabilidade econômica, e pretenderá identificar as previsões dos órgãos da área fazendária e de planejamento para o período do Plano. Como atividade classificada na área de infra-estrutura, a área da habitação dialoga diretamente com a economia, em função do sistema financeiro, do sistema de crédito e dos subsídios, sendo necessário também contextualizar o cenário microeconômico, relacionados à cadeia produtiva, à questão fiscal, aos processos de incentivo à produção, tanto formal quanto informal, entendendo-se e prevendo o comportamento ao longo do tempo. Por sua vez, as fontes de recursos e financiamento deverão ser abordadas numa perspectiva mais harmônica, alinhadas, com toda clareza sobre os mecanismos de identificação das demandas a serem atendidas, sobre a distribuição dos subsídios, seja da operação direta com os estados, seja nas operações de parceria com cooperativas, sobre o papel de cada um desses atores, no processo de financiamento para o enfrentamento do déficit, cabendo para tanto a discussão com os estados e municípios. As necessidades habitacionais deverão ser bem quantificadas, e pode-se adiantar que o trabalho nesse sentido já conta hoje com alguns resultados obtidos em estudo contratado com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais – CEDEPLAR, que ilustra claramente o crescimento da demanda por habitação, até 2020, pelas famílias que auferem menos de cinco salários mínimos mensais, e declinante nas demais faixas, o que evidencia a importância do compromisso do PLANHAB com o primeiro segmento de renda. A produção e oferta habitacional e a cadeia da construção civil será tema que lançará um grande desafio para todos os envolvidos no que se refere à identificação de uma metodologia que apure a oferta habitacional no Brasil, no mercado formal e informal, em nível nacional. Quanto aos assentamentos precários e favelas, trata-se de uma informação bastante delicada, em razão da imprecisão em torno do conceito utilizado pelo IBGE, aspecto este que deverá estar solucionado somente após a realização do próximo Censo, em 2010. Assim, em relação ao PLANHAB, que deverá estar configurado muito antes, coube a verificação de que havia vários órgãos de governo trabalhando em cima dessa conceitualização, entre os quais o CEBRAP, de São Paulo, cuja metodologia será a aplicada ao PLANHAB. Sobre a questão urbana e fundiária, a Sra. Júnia (SNH) fez referência à importância do tema, contemplado pelo Estatuto da Cidade e pelos Planos Diretores, em função do encarecimento do preço da terra provocado pelo incremento de recursos destinados à área imobiliária. Quanto aos arranjos institucionais, a Sra. Júnia (SNH) referiu-se à importância do tema da assistência técnica ao conjunto de atores que hoje operam no setor habitacional, no sentido de oferecer maior qualidade e agilidade às propostas apresentadas. Neste sentido, contar-se-á com resultados de estudo contratado sob a coordenação da Profa. Marta Aretche, da Universidade de São Paulo, envolvendo o perfil de estados e municípios em termos de capacidade administrativa, focada no déficit habitacional. A questão federativa, delineada em termos do papel do estado, dos municípios e de todos os agentes públicos envolvidos no setor habitacional, também será contemplada. Finalizando a apresentação dos temas, a Sra. Júnia (SNH) destacou que todos eles serão alvos de discussão e aprofundamento, por



ocasião de realização dos futuros seminários regionais, a serem abordados mais adiante. Em seguida, a Sra. Júnia passou a discorrer sobre a 2ª Etapa do PLANHAB: Elaboração de Cenários, a partir dos temas abordados na etapa de contextualização. O resultado do trabalho da etapa de contextualização será o referencial para a construção de metas a serem alcançadas no âmbito de cada tema. Na seqüência, a 3ª Etapa do PLANHAB compreenderia o plano de ação, suas estratégias e implantação. Esta seria, enfim, a terceira e última etapa a ser trabalhada, resultando na apresentação de quadros com as principais linhas programáticas, trabalhadas em termos de metas, ou seja, de linguagem de plano propriamente dita, contendo toda a estrutura de articulação, os mecanismos e os instrumentos de fomento do setor produtivo, bem como as estratégias e formas de implementação do PLANHAB. Em seguida, a Sra. Júnia (SNH) referiu-se ao objetivo imediato da presente exposição, isto é, iniciar a discussão sobre o que foi pensando sobre o caráter participativo do PLANHAB. Primeiramente, a Sra. Júnia (SNH) prestou esclarecimentos sobre a criação de um Grupo de Acompanhamento, a ser instituído no âmbito da SNH, que manterá interlocução permanente para discussão e acompanhamento de todas as etapas do trabalho. O Grupo de Acompanhamento será constituído por representações dos principais canais institucionais de controle social e participação que integram o CTH, buscando contemplar, assim, a totalidade dos segmentos envolvidos em todos os fóruns de participação constituídos (Conselho Gestor do FNHIS, Conselho Curador do FGTS e Fórum de Secretários Estaduais de Habitação). Além do Grupo de Acompanhamento, serão realizadas oficinas de trabalho envolvendo segmentos sociais específicos, como movimentos de moradia, empresários, sindicatos, categorias profissionais etc. Serão realizados também seminários regionais com especialistas do setor habitacional e áreas afins. A Sra. Júnia (SNH) discorreu, ainda, sobre os meios de comunicação previstos. Primeiramente, haverá a elaboração de um "folder" de divulgação do PLANHAB, seguido de um conjunto de "folders" para divulgação do desenvolvimento dos trabalhos, finalizando com a elaboração de uma cartilha final para divulgação do Plano. Paralelamente, serão divulgadas, rotineiramente, notícias no informativo denominado "Rede Habitar", administrado pela SNH, disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades. Após a explanação inicial, a Sra. Júnia (SNH) formulou proposta para constituição do Grupo de Acompanhamento, com a seguinte composição: 14 membros ao todo, sendo dois representantes de cada um dos segmentos que integram o CTH; representantes dos movimentos populares, das entidades acadêmicas e das ONGs, integrantes do Conselho Gestor do FNHIS; representantes do Conselho Curador do FGTS, dos segmentos dos trabalhadores e empresários; e representantes do Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação e Associação Brasileira de COHABs, pelo poder público estadual e pelo poder público municipal, respectivamente. A Sra. Júnia (SNH) discorreu, em seguida, sobre os meios de comunicação a serem disponibilizados: a) os "folders", uma série iniciada com as primeiras informações sobre o plano; b) as cartilhas, com material mais didático; c) o plano, em linguagem acessível em sua finalização; d) a "Rede Habitar", dentre outras geridas pelo Ministério das Cidades, que será alimentada com notícias sobre o plano, contendo uma página específica do sítio dedicada à biblioteca virtual, reunindo todos os textos e estudos referenciais utilizados como subsídio à elaboração do PLANHAB; e e) o serviço de "intranet", franqueado ao grupo de acompanhamento, para acesso ao trabalho do dia-a-dia, voltado para as questões rotineiras. Na seqüência, a Sra. Júnia (SNH) submeteu à consideração dos presentes o cronograma do trabalho contratado, a ser desenvolvido em oito meses (1ª etapa, com prazo previsto para finalização em outubro de 2007; 2ª etapa, a ser finalizada em dezembro de 2007; e 3ª e última etapa, cuja conclusão está prevista para março de 2008). De fato, a estratégia de participação que fora apresentada representou o primeiro produto desenvolvido. Para início da etapa de contextualização, está sendo ultimado o tema da quantificação das necessidades habitacionais, pela Fundação João Pinheiro, vinculada ao Governo do Estado de Minas Gerais. Concluindo a apresentação, a Sra. Júnia (SNH) passou a palavra ao Sr. Nabil (ANPUR) para complementar as informações por ela prestadas. O Sr. Nabil (ANPUR) iniciou seu pronunciamento destacando o pioneirismo do PLANHAB, particularmente no que tange à busca de soluções dentro de uma visão de longo prazo (16 anos). Em seguida, o Sr. Nabil (ANPUR) afirmou que o grande objetivo da reunião em curso, além da apresentação da metodologia de trabalho, dizia respeito à constituição das instâncias de participação, ao papel do Grupo de Acompanhamento e à realização dos seminários regionais, a serem realizados



em Goiânia (dias 4 e 5 de outubro), São Paulo (dias 18 e 19 de outubro), Foz do Iguaçu (dias 31 de outubro e 1 de novembro), Recife (dias 6 e 7 de novembro), e Belém (dias 22 e 23 de novembro), cidades que se dispuseram a sediar o evento. Ainda em relação aos seminários regionais, o Sr. Nabil (ANPUR) acrescentou que eles ocorreriam logo após a 1ª etapa do trabalho, e seriam de caráter eminentemente qualitativo, com a representação de diversos segmentos, objetivando o conhecimento da realidade local. Ao Grupo de Acompanhamento, em sua visão, ficaria reservado o papel do acompanhamento cotidiano, com uso intensivo do espaço virtual, contribuindo com críticas, propostas e sugestões. Esse Grupo deverá se pautar por uma visão em nível nacional. O Sr. Nabil (ANPUR) fez alusão ainda à possibilidade de que o momento dos seminários regionais pudesse ser oportuno para deflagrar o processo de elaboração dos Planos Estaduais/Municipais, caso não existentes, pois seria fundamental a articulação destes com o PLANHAB. Avançando na sua intervenção, o Sr. Nabil (ANPUR) mencionou que os estados iriam buscar mecanismos para apoiar sua delegação no evento, propondo, em seguida, uma discussão em torno da representatividade nos seminários regionais, que deveriam ser destituídos de reivindicações, uma vez que a discussões seriam mais estruturais, exigindo a representação de base, porém a mais qualificada possível. Por fim, o Sr. Nabil (ANPUR) propôs a instalação do Grupo de Acompanhamento, seguida de sua primeira reunião, no próximo dia 5 de setembro, no bojo das atividades previstas para a reunião do Conselho das Cidades. Retomando a palavra, a Sra. Júnia (SNH) observou que havia uma proposta de formalizar a criação de grupos temáticos, visando a contribuição das Secretarias finalísticas do Ministério das Cidades e dos demais órgãos governamentais pertinentes. Em seguida, a Sra. Presidente abriu espaço para esclarecimentos, discussões e sugestões. O primeiro a fazer uso da palavra foi o Conselheiro Benedito (CMP), que propôs a figura do suplente no Grupo de Acompanhamento, pois facilitaria sua composição política. Também solicitou esclarecimentos sobre a estrutura de apoio ao deslocamento das pessoas que iriam participar dos seminários. O Conselheiro Benedito (CMP) questionou ainda a categoria, em que foram inseridos no processo de participação, da Associação Brasileira de COHABs e do Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação, uma vez que são representações do setor público, porém não são considerados órgãos públicos. O Conselheiro Benedito (CMP) sugeriu a inclusão do Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU no Grupo de Acompanhamento, especificamente nos segmentos representativos dos movimentos populares e das ONGs, traçando paralelo com a inclusão do Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação. Em resposta ao Conselheiro, a Sra. Júnia (SNH) esclareceu que o Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação tem uma participação assegurada devido à obrigação legal de elaboração dos Planos, imposta aos entes federados. Não ter relacionado o FNRU tem origem nas mesmas razões pelas quais, também, não foram relacionados diversos outros organismos com presença nacional, que poderiam e teriam toda legitimidade para reivindicar sua participação. Entretanto, as oficinas seriam a oportunidade de manter uma interlocução direta com o processo de elaboração PLANHAB. O Sr. Nabil (ANPUR) pediu a palavra e pontuou as seguintes questões: primeiramente, que o Grupo de Acompanhamento não possuirá caráter deliberativo, reconhecendo que essa atribuição seria dos Conselhos constituídos; em segundo lugar, destacou que a figura de suplente fragilizará um trabalho de acompanhamento, que demandará agilidade e presença constante. Finalizando sua intervenção, o Sr. Nabil (ANPUR) alinhou-se à posição da Sra. Júnia (SNH), no tocante à viabilidade de participação do FNRU. A seguir, a Sra. Presidente passou a palavra para a Conselheira Berthelina (FNA) que pediu esclarecimentos sobre duas questões: como ficaria a articulação do PLANHAB com os planos estaduais e municipais; e qual seria o caráter das oficinas e seminários regionais. Em resposta, a Sra. Júnia (SNH) observou que a discussão a ser empreendida nos seminários regionais seria a do Plano Nacional, afirmando que a realidade se impôs e se contrapôs à condição ideal, referindo-se à aprovação da Lei que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, antes da elaboração do Plano Nacional. De toda forma, o Plano Nacional buscará lançar olhar específico para os problemas habitacionais de cada região, fazendo a discussão com o olhar nacional. A Sra. Júnia (SNH) comentou, ainda, que, de fato, já havia alguns planos locais feitos, e muitos outros ainda estariam em andamento. A Sra. Júnia (SNH) tomou por base as cartas-consulta apresentadas no processo de habilitação aos recursos do FNHIS – exercício de 2007, oportunidade em que cerca de 800 municípios solicitaram recursos para revisão ou elaboração de seus



planos locais, dentre os quais, 650 foram enquadrados, segundo os atos normativos vigentes, que, entre outros aspectos, determinam o alinhamento dos planos locais com as diretrizes seguidas pelo Plano Nacional. A Conselheira Berthelina (FNA) retomou sua fala e pediu esclarecimentos com relação à interatividade entre o Plano Nacional e os Planos municipais e estaduais, ao que a Sra. Presidente respondeu que o Plano Nacional não resultaria da soma dos planos locais, sendo complementada pela Sra. Júnia (SNH), que afirmou que as diferenças regionais seriam consideradas no processo de elaboração do Plano Nacional. Pedindo a palavra, o Sr. Nabil (ANPUR) reportou-se à fala da Conselheira Berthelina (FNA), acrescentando que, muito embora o PLANHAB não seja um somatório dos planos locais, deverá haver compatibilidade entre os planos federal, estaduais e municipais. A Sra. Presidente reforçou a observação do Sr. Nabil (ANPUR) fazendo alusão ao cumprimento de obrigações pactuadas entre as três esferas de governo, como, por exemplo, as contrapartidas locais, sem as quais os repasses de recursos do FNHIS ficariam comprometidos. O Conselheiro Leonardo (ABONG), solicitando a palavra, reiterou a necessidade de discutir a situação das campanhas de adesão ao SNHIS, relatando sua experiência no seu estado (Santa Catarina). Antes, porém, considerou fundamental a fala da Conselheira Berthelina (FNA), externando sua preocupação com o fato de que o Plano Nacional, em sua opinião, encontra-se em descompasso com planos locais, que já estariam em andamento. O Conselheiro Leonardo (ABONG) reconheceu a importância da metodologia participativa, bem como o papel fundamental do Grupo de Acompanhamento, entretanto considerou equivocada a indicação da cidade de Foz de Iguaçu/PR para cidade-sede do seminário da região Sul, citando, como alternativas, as cidades de Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS. Sobre a participação nos seminários regionais, o Conselheiro Ubiratan (FISENGE) propôs a criação de delegações representativas de cada estado, como uma maneira de garantir a representação de todas as Unidades da Federação. Propôs ainda que os seminários venham a considerar questões regionais específicas como, por exemplo, a importância do problema da habitação na área rural do nordeste, nas áreas metropolitanas do sudeste, a questão ambiental do norte do país, entre outros temas. Finalizando sua intervenção, o Conselheiro Ubiratan (FISENGE) mencionou a necessidade de articulação do plano de habitação com as outras políticas setoriais a cargo do Ministério das Cidades. O Conselheiro Jorge Ávila (CNF) achou pouco clara a forma como foram escolhidos os segmentos representados no Grupo de Acompanhamento e, em seguida, postulou a inclusão da CNF no referido Grupo, dada a importância da entidade decorrente de sua capacidade de gerar financiamentos (R\$ 40 bilhões/ano) para solucionar o problema da habitação. Na seqüência, falou a Conselheira Evaniza (UNMP) discorrendo sobre três questões: primeiramente recomendou, pela importância estratégica do Plano, que o momento privilegiado de realização da Conferência Nacional das Cidades, em novembro próximo, fosse muito bem aproveitado para se criar uma mobilização em torno do PLANHAB, motivando os Conselheiros para as contribuições nas etapas que se seguirão. A segunda questão foi a ausência de interlocução do PLANHAB com a Câmara dos Deputados, com o Senado, com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, com as diversas Frentes Parlamentares, com as Assembleias Legislativas e com as Câmaras de Vereadores, durante a realização dos seminários regionais. A terceira e última questão foi uma dúvida acerca da instância final de aprovação do PLANHAB. O Conselheiro Marco Antônio Fireman (CBIC), reportando-se ao seu estado (Alagoas), relatou sua experiência acerca da estratégia adotada relativamente à elaboração da política habitacional do estado. Afirmou que, no caso de Alagoas, o governo local deseja aliviar o fluxo migratório para a região metropolitana, incentivando a permanência do homem no interior do estado. Nesse sentido, estariam sendo integradas a política de habitação com as políticas de desenvolvimento econômico-social, saúde, e educação. O Conselheiro Marco Antônio Fireman (CBIC) concluiu sua intervenção colocando-se de acordo com a posição de que o PLANHAB considere as diferenças e especificidades regionais, entendendo oportuno, também, que os planos locais levem em conta as diretrizes do Plano Nacional, independente da fase de cada um deles (concluídos ou não) e da fonte de recursos que lhes tenha dado suporte (recursos federais ou não). Referindo-se à fala da Conselheira Evaniza (UNMP), a Sra. Júnia (SNH) esclareceu que o Poder Legislativo, em nível federal, estadual e municipal não foi envolvido nos seminários regionais por entender que, nessa fase, a discussão estaria mais afeta às áreas técnicas. O Sr. Nabil (ANPUR) referiu-se à questão da delegação dos estados, colocada pelo Conselheiro Ubiratan (FISENGE), como



muito importante para garantir a representação regional. Afirmou que, inicialmente, cogitou aproveitar os delegados eleitos para a Conferência Nacional das Cidades. Entretanto, considerando não se tratar de um evento de ampla participação, mas sim de um evento voltado para uma representação qualificada e específica da região como um todo, a idéia inicial foi afastada. Solicitando a palavra, o Sr. Marun (Gov.MS) manifestou sua concordância com as colocações do Sr. Nabil (ANPUR), reforçando a idéia de que os seminários regionais não poderia ser confundidos com as Conferências das Cidades. Com relação ao dimensionamento das delegações, o Sr. Marun (Gov.MS) sugeriu que se definisse um número máximo de participantes para, depois, considerando o número de estados por região, se definir o tamanho das delegações, de forma proporcional. A Sra. Júnia (SNH) informou a intenção de implantar o Grupo de Acompanhamento na reunião do CTH. Em seguida, apoiada na discussão feita até aquele momento, disse que poderia levar também uma proposta inicial sobre o que seriam os seminários e a representação das delegações estaduais para discussão e deliberação naquele mesmo fórum, a não ser que, interpelando o Conselheiro Ubiratan (FISENGE), houvesse já uma proposta pronta naquele momento. Respondendo, o Conselheiro Ubiratan (FISENGE) argumentou que na região Nordeste havia nove estados e em outras somente quatro ou três, evidenciando, assim, a necessidade de se definir, muito claramente, os critérios para a formação das delegações, que garantam a proporcionalidade. Retomando a palavra o Sr. Nabil (ANPUR) defendeu a proporcionalidade da representação, nos moldes da Conferência Nacional das Cidades. Quanto à logística, o Sr. Nabil (ANPUR) afirmou entender que caberia a cada um dos segmentos representados o custo correspondente. Quanto à representação, capaz de contemplar mais amplamente cada segmento, adiantou que no caso do setor empresarial seria importante contemplar a área de produção e de financiamento, esperando contar com especialistas. O Sr. Nabil (ANPUR) lembrou ainda que o PLANHAB abrange a habitação de mercado e de interesse social e, assim, as medidas que poderão ser recomendadas em ambos e setores seriam decisivas para o equacionamento do problema habitacional. O Conselheiro Marco Antônio Fireman (CBIC) sugeriu que as delegações dos seminários regionais seguissem a mesma composição proposta para Grupo de Acompanhamento. Em seguida, a Sra. Júnia (SNH) manifestou-se pela alternativa de levar ao CTH as hipóteses ora debatidas. O Conselheiro Benedito (CMP) referiu-se à proposta de composição do Grupo de Acompanhamento como bastante adequada e operativa, sugerindo, contudo, que fosse considerado seu pedido de previsão da figura de suplente, a ser discutido no âmbito do CTH. Por fim, o Conselheiro Benedito (CMP) insistiu na relevância da questão da logística (deslocamentos), em relação à representação dos movimentos populares, em razão das dificuldades impostas pela estratégia de discussão regionalizada. A Sra. Júnia (SNH) mencionou que os seminários regionais ocorrerão em três etapas, de modo que, em futuras oportunidades, poderiam ser contempladas outras cidades. O Conselheiro Ubiratan (FISENGE) concluiu que a aplicação do critério de 14 membros por delegação provocaria uma desigualdade, pois alguns seminários teriam 56 participantes (no caso da região Sudeste, formada por quatro estados) e outros 136 participantes (no caso da região Nordeste, formada por nove estados). Disse ainda que não seria possível abrir mão da participação dos movimentos populares e, nesse sentido, deveriam ser consideradas alternativas que viessem a superar dificuldades logísticas enfrentadas por esse segmento. O Sr. Nabil (ANPUR), referindo-se a proposta de que cada Unidade da Federação tivesse a mesma representação numérica, teceu ponderações que indicavam a possibilidade do que ele chamou de sub-representação, exemplificando a complexidade do Estado de Minas Gerais, com uma grande diversidade, se comparado ao Estado do Espírito Santo. Outro exemplo citado foi o dos movimentos populares do Estado de São Paulo, que, por certo, teriam dificuldades em dar conta da grande diversidade existente, do interior, da capital e da região metropolitana. Considerou, por isso, satisfatória a opção que se leve em conta algum tipo de diferenciação entre estados, que viabilize capturar as diversidades existentes. O Conselheiro Ubiratan (FISENGE) lembrou que a igualdade numérica por seminário regional, em torno de 100 pessoas, leva à região Sudeste a condição de delegações com até 25 membros/estado. O Conselheiro Ubiratan (FISENGE) finalizou sua intervenção afirmando que não fecharia questão sobre uma ou outra proposta, admitindo, porém, que lhe seria mais simpática a proposta da mesma representação numérica em todos os seminários, admitidos os ajustes internos para cada região do país. A Sra. Júnia (SNH)



concluiu a discussão, propondo que as duas propostas fossem levadas à consideração do CTH, com a garantia da que, em ambas, seria mantida a representatividade dos estados, em cada seminário regional. O Sr. Jeconias (CNM), referindo-se ao quadro institucional de participação no PLANHAB, disse ter sentido falta do envolvimento das associações estaduais e micro-regionais dos municípios, entidades que detêm um grande poder de síntese do sentimento municipal, pois são bem articuladas. Sugeriu que a falta de articulação com essas entidades poderia explicar o fato de se estar com um número de propostas para elaboração de planos locais de habitação bem aquém do esperado, e disponibilizou a CNM para apoiar qualquer iniciativa que implique no envolvimento dessas associações. No que diz respeito às oficinas com segmentos sociais específicos, considerou importante a abertura de espaço para o diálogo com os prefeitos, relatando, em seguida, o que ocorrera em reunião com trinta prefeitos de municípios integrantes do Estado da Bahia, quando a preocupação dos mesmos era saber qual o passo seguinte após terem feito o Plano Diretor de suas cidades. Temas como habitação, saneamento e regularização fundiária eram muito recorrentes nessas reuniões, demonstrando a necessidade de qualificação dos gestores e técnicos municipais. A pedidos da Sra. Júnia (SNH), o Sr. Jeconias (CNM) resumiu, assim, a sua proposta de parceria: integrar, como canal institucional de controle social e participação, as associações estaduais e micro-regionais de municípios aos segmentos dos poderes públicos estaduais e municipais. Em seguida, enquanto representante da CNM, colocou-se à disposição para promover articulações no sentido de criar oficinas específicas para qualificação dos gestores e técnicos municipais. A Sra. Júnia (SNH) esclareceu que o tema dos arranjos institucionais seria subsidiado com um relatório do Comitê de Articulação Federativa, no qual a própria CNM participou. Em seguida, submeteu o encaminhamento das propostas relativas ao PLANHAB, originárias das discussões empreendidas, para a reunião do CTH, prevista para o próximo dia 5 de setembro, proposta esta que contou com a aprovação unânime dos presentes. Em seguida, a Sra. Júnia (SNH) passou aos esclarecimentos sobre a realização das oficinas de capacitação para adesão ao SNHIS. Seguindo orientação da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades, foram recebidas propostas para realização das 43 (quarenta e três) oficinas inicialmente previstas. O levantamento de preços apontou para custos três a quatro vezes maiores. Assim, para as considerações deste Conselho Gestor e do Conselho das Cidades, objetivando garantir o que se pretendia com o conjunto de oficinas, a proposta evoluiu para a alternativa de cursos à distância, destinados a oferecer orientações para o processo de elaboração dos Planos Municipais/Estaduais de Habitação de Interesse Social. A experiência de cursos à distância, inclusive, já fora testada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, em programa de capacitação massiva de cerca de dezesseis mil participantes, no âmbito dos programas Bolsa Família e outros. Disse que a proposta refeita deverá ser alvo de decisão até o final do ano para viabilizar as oficinas no início de 2008, em paralelo ao processo de contratação das propostas enquadradas em 2007. Informou que a SNH espera iniciar, em outubro, o processo de seleção dos recursos referentes ao exercício de 2008, contando com a participação dos municípios que já fizeram os Planos Diretores, como fruto de um trabalho intensivo de divulgação direta. Em seguida, a Sra. Júnia (SNH) posicionou-se favorável a processos não excludentes de divulgação, quando se referiu a iniciativas de divulgação além daquelas que o Ministério das Cidades poderia fazer. E numa alusão direta à fala da Conselheira Evaniza (UNMP), acatou a proposta de abrir espaço para debater mais especificamente o PLANHAB na próxima Conferência das Cidades, a exemplo do que vai ocorrer no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, por oportunidade da realização da Conferência das Cidades por ela promovida. Dando prosseguimento aos trabalhos, a Sra. Presidente, diante das considerações feitas até o momento e não havendo mais manifestação dos presentes sobre o assunto, deu por encerrada a apresentação do PLANHAB, dando início à exposição do processo de seleção FNHIS 2007. Inicialmente, a Sra. Presidente destacou que a distribuição espacial de recursos e os critérios de seleção seguiram as orientações do Conselho Gestor. As propostas formuladas no âmbito das ações de Assistência Técnica e de Elaboração de Planos Municipais foram atendidas em 100%. No caso de propostas formuladas no âmbito das ações de Urbanização de Assentamentos Precários e de Produção de Habitação de Interesse Social, os recursos demandados superaram, em muito, os recursos disponíveis. Em seguida, a Sra. Presidente sintetizou as perspectivas de contratação no



âmbito de cada ação, considerando os critérios de elegibilidade das propostas e os recursos disponibilizados. A Sra. Presidente destacou, em contraponto a impossibilidade de seleção de todas as propostas, o atendimento que o Governo Federal também está promovendo por intermédio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Em seguida, o Conselheiro Benedito (CMP), no que se refere às propostas das prefeituras atreladas a demandas de movimentos populares, disse que o processo seletivo poderia ter lançado mão do conhecimento da representação desse segmento no Conselho Gestor para superar possíveis dificuldades, a exemplo do procedimento empregado no Programa Crédito Solidário. A Conselheira Evaniza (UNMP) pediu a palavra e afirmou que considerou baixa a participação do Conselho Gestor no processo de seleção. Prosseguindo, a Conselheira Evaniza (UNMP) observou que, a despeito dos seus méritos, o PAC não poderia ser utilizado como regra de atendimento. A Sra. Presidente afirmou que os critérios de priorização usados na distribuição dos recursos do PAC foram os mesmos aprovados pelo Conselho Gestor, válidos para os recursos do FNHIS. A Sra. Presidente concordou que os critérios de seleção podem ser aprimorados, como também que o acompanhamento e monitoramento do Conselho Gestor podem ser ampliados. Solicitando a palavra, a Conselheira Edymar (MNLN) considerou que não seria papel do Conselho Gestor executar o processo de seleção, contudo, no sentido de evitar fraudes, concordava com o Conselheiro Benedito (CMP) afirmando que poderiam ser formuladas consultas àquela instância para referendar a procedência de uma carta-consulta, que afirma representar demanda de associação ou movimento popular, encaminhada pelos proponentes legais. O Conselheiro Leonardo (ABONG) disse que as questões levantadas reforçaram a falta de uma participação mais ativa do Conselho Gestor e deram margem à crítica de pouca transparência no processo de seleção. No seu entendimento, considerou que a solução seria de longo-prazo e se situaria no âmbito da implantação do SNHIS, quando a seleção de propostas poderia ocorrer no âmbito das instâncias locais, e não em Brasília. A Conselheira Evaniza (UNMP) considerou o processo do PAC como um mau exemplo, pois não promoveu consulta à sociedade civil, perguntando, em seguida, se o mesmo procedimento será aplicado em 2008. A Sra. Presidente contra argumentou a afirmação da Conselheira Evaniza (UNMP), afirmando que não se pode desqualificar o processo de seleção dos projetos do PAC, pois na expressiva maioria dos estados e municípios ainda não foram implantados os Conselhos previstos na Lei do SNHIS, que servirão, no futuro, como canais de manifestação de toda sociedade e de interlocução com o Governo Federal. Pedindo a palavra, a Sra. Júnia (SNH) formulou convite para que todos participassem do Seminário de Urbanização de Assentamentos Precários, a ser realizado nos dias 20 e 21 de setembro, no auditório do Edifício-Sede da Matriz da Caixa Econômica Federal, antecipando-se à remessa dos convites e respectiva programação, a serem encaminhados a todos os Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, às dezessete horas e vinte e oito minutos, determinando ao Secretário da mesa a lavratura da ata.

Brasília, 30 de agosto de 2007.

Nelson Teixeira da Silva
Secretário